

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: MILTON LEITE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 04 de março de 2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
 -
 - Lista de participantes não fornecida
 - Grafia(s) não confirmada(s)
-

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Bom dia a todos. Está aberta a terceira audiência pública que realizamos no ano de 2015, da Comissão de Finanças e Orçamento.

Informo que esta reunião é transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line.

A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral no Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br, link Audiências públicas – Registro Escrito.

Foram convidados para esta audiência pública os Srs: Francisco Macena, Secretário Municipal de Governo; Wanderley Meira do Nascimento, Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente; Ricardo Teixeira, Secretário Municipal de Coordenação das Subprefeituras; Benedito Braga, Secretário de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo; José Eduardo Lutti, Promotor de Justiça do Meio Ambiente da Capital; José Roberto Rochel de Oliveira, Promotor de Justiça do Meio Ambiente da Capital; Vicente Andreu, Presidente da Agência Nacional de Água; José Luiz Lima de Oliveira, Presidente da Arsesp; Jerson Kelman, Presidente da Sabesp; Ricardo Borsari, Superintendente do DAEE, Departamento de Águas e Energia do Estado de São Paulo; Marussia Whately, arquiteta, coordenadora do Programa Mananciais e do Instituto Socioambiental e consultora da área de recursos hídricos; Cleuber José de Carvalho, Coordenador do Programa Municipal de Qualidade da Água para o Consumo Humano; Roberta Baptista Rodrigues, Professora de Engenharia Ambiental da Universidade Anhembi Morumbi, doutora em recursos ambientais pela USP; René dos Santos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Até o presente momento não temos nenhum dos nossos convidados presentes nesta audiência pública.

Esta audiência pública pretende abordar oito projetos de lei que foram discutidos na

semana passada. Essa discussão esteve mais circunscrita ao PL 529/14. A ideia é realizarmos as audiências públicas individualizadas.

O primeiro projeto de lei a ser discutido foi apresentado pela Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga o contrato da Sabesp. Portanto, tem a responsabilidade de identificar anomalias no contrato que possam ter reflexo direto no abastecimento de água e esgotamento sanitário dos cidadãos da cidade de São Paulo. Projeto de Lei que dispõe sobre a aplicação de multa pecuniária para o desperdício de água na cidade de São Paulo e dá outras providências.

PL 529/14, é esse que iniciamos a segunda audiência pública. Tem a palavra o nobre Vereador Reis.

O SR. REIS – Cumprimento o Sr. Presidente Police Neto e todos os que participam desta audiência pública.

Sr. Presidente, na reunião da CPI tentei fazer um requerimento – fiz um pedido e não deixaram – para que fizéssemos audiências públicas nas regiões sobre esse projeto. Obviamente, a competência é desta Comissão de Finanças e Orçamento e o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito alegou que não poderia ser aprovado por lá.

Obviamente tinham duas audiências e resolvi aguardar para ver como as coisas iriam transcorrer. Hoje, quarta-feira, 9h, as pessoas têm dificuldade para chegar aqui. A população mesmo não está participando, o povão.

O povo que é vítima da falta d'água e que vai arcar com as consequências do advento da aprovação deste projeto de lei não se faz presente. Os moradores de Capão Redondo, Guaianases, aqueles que são vítimas no dia a dia, realmente não estão aqui.

Mesmo na audiência pública passada que foi quarta-feira, 15h, percebemos também que o público era muito pequeno e tínhamos mais personalidades do que a população que no dia a dia sofre com a falta de água.

Fiz uma pesquisa e, em 2010, a cidade de Franco da Rocha foi totalmente

inundada porque a Sabesp abriu as comportas da represa e as águas invadiram a Cidade. A população sofreu muito com aquilo porque naquele momento a Sabesp queria que as pessoas gastassem água porque havia água em excesso e o objetivo dela era obter lucro.

Se tivessem sido feito os investimentos em captação, aumentado a capacidade das represas ou até criado novas represas, aquela água que foi jogada fora poderia hoje estar sendo utilizada. Deixaram chegar a 5% do volume morto do Cantareira, ou seja, da reserva para a Sabesp falar da necessidade de um rodízio – que eles negam, mas que já sentimos na pele. O rodízio está sendo feito veladamente pela Sabesp nas regiões.

A CPI e a Câmara Municipal propõe um projeto de lei para penalizar o cidadão em até mil reais caso ele seja pego lavando carro ou lavando quintal, só que isso há uns anos atrás jamais cogitaria. Ela queria que lavassem mais carros quanto possível para obter lucro.

Particularmente, eu acredito que deveria existir fiscalização ou por parte da Sabesp ou da Prefeitura sobre a questão de desperdício de água. Tratam a água como um bem que jamais deixasse de acabar.

Tenho dito que ainda não estou convencido de votar a favor deste projeto e falarei contrariamente a ele. Nas condições que está o projeto não é possível que a população seja penalizada da forma que está sendo proposto. Não posso concordar e é preciso mais debate e mais participação popular sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço a presença do Sr. Dante Ragazzi Pauli e o convido para compor a Mesa. Neste ato, ele representa o Sr. Secretário Estadual de Saneamento e também o Presidente da Sabesp.

O Vereador Reis tem muita razão no apontamento da incapacidade que a Câmara teve de envolver a sociedade no debate. Acabou por expelir a sociedade ao anunciar primeiro uma punição à população. Na realidade, este é o momento de discutirmos a punição à Sabesp. É lógico que qualquer desperdício de água tem de ser combatido, mas o não fornecimento de água por incapacidade do gestor, no caso o nosso contratado, a Sabesp está contratada pelo

Município de São Paulo para servir a população e, portanto, tem uma responsabilidade com o Município e com o munícipe.

O elemento de discussão aqui é a garantia de preservar o uso racional da água, mas também a incapacidade de fornecer o produto consensuado com o contrato com o Município. São dois temas.

O tema específico de aplicação de multa pecuniária por parte do Poder Público Municipal tentando auxiliar em um processo de mudança de comportamento no uso indevido da água, aqui não podemos comemorar as pessoas utilizarem água em um momento de escassez como também em um momento de não escassez para lavar a rua e o carro quando não é necessário. Então, é trabalhar no conceito universal da importância da água, da água como única e a ela dar o valor.

Já em 1955, o Prefeito William Salem junto com os Vereadores da época aprovou a proibição de limpeza e lavagem de veículos, de vias, e estabeleceu uma multa de 200 réis. Este debate não é novo. Trabalhar em uma simplificação imaginando que resolveremos o problema de reservação, distribuição e abastecimento da população com uma multa é pouco, mas era uma medida necessária para anunciar um problema sério.

Em momento algum neste ano a Câmara teve tanta visibilidade quanto teve quando anunciou que faria punições. Momento mágico para se discutir outras matérias: cria o programa de reuso de água em postos de gasolina e lava rápidos, estabelece a proibição de descarte de óleo e gordura animal ou vegetal na rede coletora de esgoto, dispõe sobre o uso de água potável na limpeza de calçadas no âmbito da Cidade, dispõe sobre o reaproveitamento de água pluvial nas escolas públicas, altera o Código de Obras para dispor sobre a utilização e instalação de sanitários mais econômicos em relação ao consumo de água; autoriza o Executivo a criar o Programa Banco de Águas, proposta de V.Exa.; disciplina os procedimentos relativos ao armazenamento de água pluvial e reuso de água na rede pública para o reaproveitamento e retardo de descargas na rede pública.

Então, a multa, naquele momento, me aprecia uma forma de envolver a sociedade em debates importantes apresentados pelos Vereadores. Nem isso a Câmara foi capaz. Nem envolver a sociedade nesse importante debate a Câmara foi capaz.

Mais que isso: notícia hoje d'*O Estado de S.Paulo*, mostra que também o Governador, ao solicitar para os Prefeitos uma dinâmica de legislações que dessem cabo à punição do usuário de água gastão, assim tratado, multar o gastão, nenhum dos municípios da região metropolitana, que pactuou com o Governador em dezembro do ano passado, o tratou. Então, nenhum dos 39 municípios da região metropolitana sequer chegou a apresentar o projeto.

O SR. REIS – Sr. Presidente, o Governo está sobretaxando quem gasta água. Ele estabeleceu critérios: bônus para quem economiza e sobretaxação para quem gasta mais água.

Percebo que a população está economizando. Vejo, no dia a dia, o esforço da população para economizar água. Aliás, a população está fazendo a lição de casa, aquilo que o Governo não fez.

Ou seja, eu taxo, eu sobretaxo para quem consome mais água e, ao mesmo tempo, produzo uma multa para esse, a quem já estou cobrando a mais.

O objetivo do projeto, embora hoje conste que seja lavar o carro e o quintal, mas os proponentes querem apresentar substitutivo estabelecendo inclusive para outras questões como, por exemplo, a pessoa que estiver construindo, fazendo o seu “puxadinho” e precise da água para fazer a massa de cimento, também será multada.

Portanto, existe aí o *bis in idem*.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço o nobre Vereador Reis.

O que me preocupa não é a forma com que interpretamos e abordamos o passado. Preocupa-me é o que faremos ora em diante, por dois fatores: se a Câmara reconhecer que não deve realizar nenhuma medida punitiva, e acho que caminha para isso, não posso crer, de outro lado, que a Câmara não tenha formas de induzir e formas também de obrigar o uso racional da água e o reaproveitamento a partir de medidas que possam ser introduzidas no COI – Código de Obras.

A cidade de Los Angeles realizou, ainda na década de 80, a famosa tubulação cinza, tubulação que passou a ser obrigada naquela metrópole que tem muito pouca água e que passa a ser utilizada. Hoje, quase 30% da água usada em Los Angeles é de reuso, só que

ela está encanada, portanto, ela é ofertada à população de maneira regular.

Estou dizendo isso porque, se é verdade que a legislação municipal tem as suas limitações, na área da punição, que, na realidade, compete à Sabesp uma ação mais enérgica nesse sentido, é lógico que o Município pode atuar de maneira bastante responsável, seja na proteção dos seus mananciais, seja na proteção de seus cursos de água, seja na produção da origem matricial da água, portanto, protegendo as suas nascentes. De outro lado, tem que se garantir o ciclo da água. Se temos uma água única, garantir essa água em sua plenitude.

Então, tem a palavra o Sr. Dante, representando o Sr. Secretário Benedito Braga, para que possa fazer a sua avaliação do projeto que, neste momento, debatemos, que é o PL 529/14, que dispõe sobre a aplicação de multa pecuniária para o desperdício de água na cidade de São Paulo, e dá outras providências.

O SR. DANTE RAGAZZI PAULI – Bom dia, Vereadores Police e Reis.

Represento o Dr. Jerson Kelman, sou assistente dele na Sabesp.

Cumprimento a plateia. É uma pena que poucas pessoas estejam aqui, e agora falo como cidadão.

Já é fato conhecido o momento que não só São Paulo vive, mas como também boa parte da região Sudeste. Este debate é extremamente importante. Entendemos que essa lei é uma das diversas ações colocadas em curso para o enfrentamento dessa crise. Não conhecíamos uma crise dessa maneira.

Na verdade, a crise também traz oportunidades. A Sabesp reconhece que muito tem a melhorar. Não temos a pretensão de dizer que somos infalíveis. As falhas existem e estamos aí exatamente para arrumá-las. A Sabesp tem um sistema de gestão que preza a melhoria contínua.

Agora, a crise, como já falado e sabido, veio de uma forma que os próprios meteorologistas na previam. Aliás, isso é algo muito interessante, porque a crise coloca em xeque a questão da previsão de chuvas, a questão da climatologia, das previsões.

Portanto, é um grande aprendizado e de forma alguma a Sabesp tem deixado de fazer as ações que lhe cabem, sempre repetindo que é sempre importante melhorarmos. Temos de olhar experiências internacionais, como o nobre Vereador Police, que trouxe a experiência de Los Angeles. Paris também tem a sua rede cinza. A referência é importante, sim. Acho que temos de nos espelhar nas referências. Mas, há pouco tempo, houve uma comitiva francesa da região de Paris, para discutir conosco as questões de despoluição do

Tietê, com a despoluição do Sena. O debate foi muito interessante. Não me lembro se havia alguém da Prefeitura ou da Câmara, mas

Os parisienses, no fim, diziam o seguinte: vocês estão em um caminho interessante – eles conhecendo o Projeto Tietê – só que ele falou que no Rio Sena não foram 60, 70 anos de trabalho com muito recurso, por isso que cabe a referência, mas comparar as vezes é muito difícil. Ele falou que o grande diferencial é que havia muitas áreas irregulares e favelas, que não existe em Paris, e ele percebeu que isso dificulta.

A gente sempre se espelha no Japão quando o tema é perda de água. A Sabesp busca reduzir perdas a níveis aceitáveis. Quero lembrar aos senhores que o Japão, quando do término da II Guerra, perdia 80% de água. Depois de cinco ou seis décadas de muito trabalho, o Japão é um país rico e persistente – típico do povo oriental – hoje Tóquio tem de 2 a 5% de perda. Ok, é uma referência, mas comparar e achar que vamos resolver o problema de perdas em cinco anos precisamos tomar cuidado.

A Sabesp vem tomando ações. A redução da perda de água é uma delas. Foi citada a questão do bônus. Espelhando-se em experiências internacionais, nós entendemos que a população já faz uma economia de água. Se compararmos o consumo de água há 10 anos, o consumo vem caindo. A população quando bem informada, ela faz a sua parte. Aliás, é uma participação espetacular da população.

Neste momento, de fato, a população – não só a da periferia, mas a população em geral – não pode gastar água, que ainda é tratada, para lavar carro ou a calçada. Discutimos o jato hidráulico há muito tempo. Não temos água de reuso e nem legislação sobre isso, temos de trabalhar para tê-las.

Não vou entrar no mérito do valor da multa. Se devemos antes advertir. Mas o que não podemos aceitar no atual momento é que a água tratada, que é a água que nós temos, volto a dizer que não temos o reuso tão desejado. Então, de alguma forma temos de coibir esse uso não nobre da água como é o caso da lavagem de carro e calçadas, como é o objeto aqui do Projeto 529.

A Sabesp está totalmente aberta à discussão e estamos aqui para tentar ajudar no debate. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço a presença do Colega Paulo Fiorilo.

Tem a palavra o Sr. Otávio Muniz, único inscrito para fazer pronunciamento.

O SR. OTÁVIO MUNIZ – Bom dia a todos. Venho trazer uma colaboração a respeito do PL 529/14, que foi criado em outubro do ano passado e assinado por todos os membros da CPI.

O projeto já passou por uma modificação, já existe um substitutivo escrito a pedido da Presidência da Casa e já foi entregue para apreciação do Vereador Donato. Houve uma alteração porque há uma lei em vigência, além dessa que o Vereador citou do William Salem, da época da Prefeita Marta Suplicy, alterada em 2008 por um projeto de lei do Vereador Aurélio Nomura e que já prevê uma advertência, seguida de uma multa de R\$ 250,00 para o aspecto específico da lavagem de automóveis e de peças de veículos à beira da calçada.

Isso foi, nesse substitutivo, suprimido, porque não há mais necessidade de constar. Já é lei, a lei está em vigência e não foi revogada, e o substitutivo já traz, primeiro, uma advertência e, depois, a redução da multa de mil para R\$ 250,00. Está em apreciação, certamente vai a plenário nas próximas horas, até porque o projeto está pautado para hoje trazer essa colaboração para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - PSD) – Muniz, deixe-me só explorar um pouco as informações que você traz à Comissão: você anuncia que tem um dispositivo legal aprovado no período da Prefeita Marta e outro que o alterou do Vereador Nomura.

Então a última legislação é de 2008, já temos multa de R\$ 250,00.

O SR. MUNIZ – Para lavagem de veículos e de peças à beira da calçada, já Vereador, com a legislatura em vigência.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - PSD) – Perfeito. Já temos também que é

a atualização do Salem de 1955, que falava sobre lavagem de carros também.

O SR. MUNIZ - Essa mudança do Nomura foi uma mudança em cima da lei da Prefeita Marta Suplicy que contemplava uma porção de coisas, inclusive a multa do lixo. Ela veio naquele pacote completo.

O SR. PAULO FIORILO (PT) – Sr. Presidente, só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto – PSD) – Tem a palavra, Vereador.

O SR. PAULO FIORILO (PT) - O projeto de lei do Nomura é de que ano? Fiquei na dúvida com a data, ou com o projeto.

O SR. MUNIZ – De 2008, Vereador, que fez uma alteração nessa lei.

O SR. PAULO FIORILO (PT) – Ele alterou a lei de?

O SR. MUNIZ – De 2003, de 2004, não me recordo.

- Manifestações concomitantes fora do microfone.

O SR. MUNIZ – O Vereador Aurélio Nomura fez uma alteração específica nesse item e está em vigência, tanto que antes de construir o substitutivo pedido pela presidência, nós fomos à pesquisa justamente para suprimir, porque isso já existe. Ficou então só a lavagem de calçadas e aí reduziu-se a multa para o padrão que o Nomura estabeleceu, já naquela época, precedido, depois de uma advertência.

No projeto original, agora, esse que vai a voto, o 529, não tinha advertência, era multa direto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto – PSD) – Passo a palavra, agora, ao Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO (PT) – Sr. Presidente, obrigado. Não pude ouvir toda a exposição do senhor, hoje, em especial, para mim é um dia muito trágico, porque em casa não havia água, desde ontem, o que fez com que a caixa secasse, pois não deve ter sido abastecida em função da redução das colunas.

Então, possivelmente, a água em casa não chegou. Hoje, tomando banho da forma

possível, lembrei-me do interior, quando morei em Araraquara, no sítio do meu avô não tinha água encanada e era necessário que se recorresse às alternativas de banho de bacia ou de regador, sei lá o quê. Em especial, hoje, meu humor não é dos melhores.

Queria um pouco mencionar o fruto de conversas que fizemos na Bancada sobre essa questão.

Primeiro, a necessidade de conscientizar é fundamental. Aliás, matéria de hoje publicada em O Estado de S.Paulo mostra que outros Prefeitos na região metropolitana também, antes de aplicar a multa ou antes de apresentar essa questão, que é mais dura ao contribuinte, estão optando pelo esclarecimento, pela conscientização.

A questão que a Bancada do PT vem discutindo é se cabe, ou se é melhor que a multa seja aplicada pela Prefeitura ou pela Sabesp.

E por que levantamos essa questão? É que a Sabesp tem um mecanismo que é difícil ser burlado: tem a conta, que é paga mensalmente. Então ali já haveria uma possibilidade de se agregar a multa nos casos estabelecidos, ou pelo projeto original, ou pelo substitutivo.

A Bancada tem uma dificuldade com relação à multa, porque multa é sempre uma coisa desagradável. Mas, no fim, ao cabo, tendo a multa, entendemos que a Sabesp deveria ser a responsável por multar. E, se tiver algum óbice legal, poderemos resolver no projeto de lei que será votado em segunda.

A segunda observação é que vivemos uma situação na Cidade – e não só em São Paulo, mas em outras cidades – que são das dúvidas sobre exatamente o que vai ocorrer, o que vai acontecer.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PAULO FIORILO (PT) – Se o senhor se sentir lesado, peço ao Sr. Presidente para fazer a defesa. (Pausa) Muito obrigado, deixe-me só concluir, que se o senhor precisar, depois faço a defesa pública do senhor.

Então assim: há muitas dúvidas com relação a isso, até porque a Sabesp, ou o próprio Governo do Estado não dá a transparência necessária.

Por exemplo, rodízio. Tivemos debates na Comissão do Meio Ambiente, pessoas que defendem; que são contrárias ao rodízio, porque trazer mais problemas do que soluções.

Acho que precisávamos ouvir a Sabesp, qual é a situação? Cantareira, do jeito que ele está sendo operado, a inexistência entre aspas do rodízio, ou do racionamento, essa forma é a melhor? Vamos conseguir sobreviver até quando? As alternativas que estão sendo construídas, ontem, por acaso, encontrei na rua, numa atividade que estávamos realizando, uma pessoa que está trabalhando na obra do São Lourenço, que é de trazer a água através de grandes tubulações e ele me disse – não sei, talvez o senhor possa me atualizar – que essa obra só vai ficar pronta em 2018.

Então parece-me que nós temos, pelo menos, 2015, 2016 e 2017, uma situação grave. Então a Sabesp precisava se manifestar, e até o próprio Governo do Estado.

Por fim, com relação ao desperdício que a CPI já discutiu e a Comissão de Meio Ambiente também, e nós também olhamos o desperdício como um problema grave, principalmente nesse momento, e aí a Sabesp precisava ter respostas urgentes para isso: uma coisa são os vazamentos pontuais; outra coisa é o desperdício da própria rede. E, assim, sei que a Sabesp já contratou consultorias e empresas para tentar reduzir, mas não chegamos a níveis que seriam recomendados numa situação como essa.

Então para poder decidir sobre a multa, a forma como ela vai ser aplicada, na minha opinião, precisávamos ter algumas respostas, diante dessa situação que estamos vivendo hoje.

Para terminar, Sr. Presidente, em especial, hoje, tem aqui um Vereador indignado – eu e mais vários outros moradores do Condomínio onde resido -.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PAULO FIORILO (PT) – Não, já estou me adaptando. Já comprei regador, já

estou comprando água mineral, baldinhos. Aliás, baldinhos comprei vários. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria garantir a palavra ou a inscrição do Sr. Laerte Brazil, assíduo nas reuniões da Comissão de Finanças.

O Presidente ainda não disse que o senhor vai falar, não adianta o senhor querer levantar, precisa se inscrever.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto – PSD) – Vou reabrir as inscrições, permitindo que na fala do Sr. Laerte Brazil, em homenagem a ele, aliás, que se permita a toda a sociedade falar. Como o Sr. Laerte fala sempre, fazemos uma homenagem a ele e a todos aqueles que desejarem ainda fazer uso da palavra. (Pausa)

Não precisa nem se inscrever, Sr. Laerte, pode já pegar o microfone e ir falando.

O SR. PAULO FIORILO (PT) – Sr. Presidente, pela ordem, antes do Sr. Laerte falar, na Comissão de Finanças, ano passado, propus ao Sr. Laerte entregasse à Comissão o estatuto da entidade que ele representa, para facilitar aos encaminhamentos taquigráficos. O Sr. Alex não apresentou ainda, então quero reiterar até para poder continuar defendendo a sua fala nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – A minha preocupação é, se ele entregar o Estatuto, se ele vai querer falar mais do que já fala.

O SR. PAULO FIORILO – Se ele entregar o estatuto, ele só continuará falando.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Sim, aí o senhor vai cassar a palavra dele.

O SR. PAULO FIORILO – Se não tiver o estatuto, porque cada dia tem uma entidade nova aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Então vamos falar rapidamente, antes que encaminhe para algo mais complexo. Tem a palavra o Sr. Laerte Brazil.

O SR. LAERTE BRAZIL – Quando Covas era Prefeito de São Paulo, nós

apresentamos um projeto para recuperar o rio Tietê – o Montoro era Governador do Estado – que seria para a construção de dois canais nas margens esquerda e direita do rio Tietê, integrando as demais cidades do Alto Tietê e para a construção de uma usina de tratamento em cada uma dessas cidades. Então a água canalizada em cada uma dessas usinas seria destinada às residências, seria uma água de reuso e São Paulo usaria 30%.

Seriam aproximadamente 30 usinas, e os resíduos dessas usinas seriam usados na agricultura e para outras atividades. Esse projeto geraria mais de 200.000 novos empregos só na cidade de São Paulo e nas demais cidades do Alto Tietê.

Outro projeto de relevância foi o que propunha ao país usar 40% de água do mar. Apresentei essa tese numa conferência internacional de meio ambiente em Portugal. Israel já utiliza 30% de água do mar e a Espanha, mais de 2 milhões de cidadãos, já estão bebendo água do mar tratada.

Esse projeto será o caminho, porque só há em torno de 2% de água potável no planeta e mais de 1 bilhão de cidadãos que não bebem nem um copo de água por dia. E, por falta de água, poderá surgir uma terceira guerra mundial se esse projeto não for viabilizado nos países.

Somos contra esse PL de tachar o cidadão, porque não houve um planejamento dos governos municipais, estaduais e federal, para um desenvolvimento hídrico. Agora não pode usar água para lavar carro, e como faz com os lava-jatos? Serão fechados? Mais desemprego na cidade de São Paulo.

Então somos contra a multa, esse é um projeto arbitrário, mas um programa educativo tanto da Prefeitura como da Sabesp para o cidadão, e deixo a reflexão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra a Sra. Silvana Canônico.

A SRA. SILVANA CANÔNICO – Bom dia a todos. Como moradora de São Paulo, faço das minhas palavras as do Vereador Paulo Fiorilo. No bairro onde moro, Jardim

Ampliação, temos água um dia e três dias, não temos; e ainda, de madrugada, não temos água, porque o condomínio fecha a água para poder economizar água da caixa, então não podemos nem tomar banho pela manhã, antes de trabalhar.

Outra coisa que me indigna é que pago impostos, inclusive pago a água para a Sabesp todo mês, e não posso mais utilizar essa água porque tem cheiro e gosto. Aprendi na escola que a água era incolor e inodora, e agora a água está com um gosto muito forte. Então essa água que vem pelas torneiras, inclusive com filtro, não posso tomar.

Ainda não fiz as contas de quanto estou gastando para comprar água mineral, mas estou utilizando para beber, para cozinhar, além de pagar a conta para a Sabesp. Enquanto isso, a Sabesp está favorecendo um cartel, porque agora é impressionante o número de pessoas que compram água mineral no mercado. Isso já está virando rotina na cidade de São Paulo e me causa espanto que não há nenhum movimento nas ruas gritando por isso.

Temos direito à água e não podemos utilizar a água da torneira. Sou consciente há muitos anos, mas agora não tem mais jeito, a água que está chegando pela torneira está inviável. Não sei se acontece o mesmo no Palácio do Governo. Gostaria de saber se o Sr. Governador também compra água ou se a água que vai para lá é diferente.

Como cidadã, estou sendo lesada várias vezes: quando pago meus impostos, quando eu não posso usar a água da torneira, e quando tenho de comprar água para beber e para cozinhar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Dante.

O SR. DANTE – Vereador Fiorilo, Sra. Silvana, eu também fico sem água onde moro às vezes.

O SR. PAULO FIORILO – Em qual bairro o senhor mora?

O SR. DANTE – Vila Mariana. Quer dizer, essa situação da equalização da pressão para diminuir a quantidade de água produzida, que foi de 70m³ para 50m³, penalizou todos nós,

para tentar equilibrar a pressão de tal forma que esse prejuízo seja o mínimo possível. Dona Silvana, quando a água chega á sua casa, posso garantir, a senhora pode beber... Tá, bom, fica o convite para senhora conhecer qualquer instalação de tratamento de água da Sabesp. A questão do cheiro e odor, ele ocorre mesmo, porque, infelizmente a nossa região metropolitana, teve um crescimento, absolutamente desordenado. A senhora mora na zona Sul? A zona Sul, onde moro também, somos abastecidos pelo Guarapiranga, que tem mais de um milhão, entre Guarapiranga e Billings, mais de um milhão de pessoas habitando, onde não deveriam habitar, é outra questão, que se começarmos a discutir, vamos dia afora aí. É claro que a Sabesp tem de usar produtos químicos para eliminar algas que vem por conta dessa ocupação indevida, mas existente, e essas águas acabam gerando toxinas que trazem, principalmente, cheiro à água. Posso garantir, principalmente, quando há o fenômeno de insolação é mais forte as algas se proliferam mais. Posso garantir, a Sabesp, temos uma portaria Federal do Ministério da Saúde de potabilidade da água que é de 29,14. Posso garantir que a água que a senhora pode beber, é água potável. Pode ocorrer de vez em quando alguma coisa que escape? Sim! E a Sabesp não deixa de explica e outra coisa, a dois três meses, no site da Sabesp tem os dias o boletim dos mananciais, o nível das represas, a quantidade de chuvas que caíram nos diversos mananciais que temos na região. A área que está sujeita a queda de pressão, há falhas? Pode haver! Estamos em discussão diária de como podemos ajustar a uma situação que para nós também é nova. A Sabesp não falava nessa questão de rodízios, de racionamento, problema de abastecimento, desde o fim da década de 90...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Silvana, por favor, pode fazer a pergunta ao microfone...

O SR. PAULO FIORILO – Silvana, você disse que não confia na palavra, para poder tomar a água, você poderia dizer, só para saber se é só o odor ou se você observou outras questões.

A SRA. SILVANA – O sabor, o cheiro...

O SR. PAULO FIORILO – Sua água tem sabor?

A SRA. SILVANA – Não é só a minha. Vamos trazer um copo de d' água. Independente disso estou falando como cidadã. Mas sou assessora de assuntos educacionais do nobre Vereador Reis. O filtro do nosso gabinete está interditado. Fui tomar água, outro dia... Se ele disse que posso confiar, vou confiar... Quando um cheiro, um cheiro podre. Então, nós do Gabinete estamos comprando água. Água daqui, que acho que vem da Sabesp. Lembro, que na campanha, por varias vezes, o Sr. Governador Geraldo Alckmin disse: não teremos problema de água. Estamos em momento, que a água que estamos pegando, a sensação que tenho, é que é lama. Acho complicado, o senhor afirmar que posso tomar tranquilamente a água. Porque é assim, vou tomar e se eu passar mal, não tenho como, bater na sua porta e dizer: olha, passei mal, fui internada. Tenho, por exemplo uma sobrinha que tem uma bebê de seis meses que vai começar a tomar, não vamos dar água do filtro. Acho que não faria isso com sua neta! Faria?

O SR. MUNIZ – Com certeza, não! Vocês querem que eu beba uma água? Bebo água no cavalete da entrada da Sabesp. Vou e bebo um litro, se vocês quiserem. Não conheço, espero que seja boa... Vou cheirar, sem problema nenhum. Nobre Vereador Reis, quero depois, vamos lá no cavalete, pegamos água dali. É o seguinte pessoal... Veja, não neguei que a Sabesp, ela não tem problema de cheiro e às vezes até sabor na água, por causa dos problemas nos mananciais. Agora, é importante saber, porque essa água, provavelmente é jogada no reservatório do prédio e no prédio a água é distribuída. Temos garantia, quer dizer, falamos tanto dos mananciais da Sabesp. Temos certeza de que a caixa d'água está limpa, que as canalizações estão devidamente mantidas, não sei. Lá no cavalete, vou com vocês e bebo. Essa aqui, estou sentindo o cheiro, realmente, como tem na minha casa também, de vez em quando, quando o calor é forte, é isso. Deve ter na entrada do prédio lá...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Esse é um debate importante, mas ele

tem o ambiente adequado dele, que é a CPI da Sabesp, que investiga essas questões. aqui estamos tentando avançar nos nove projetos e pretendo concluir a audiência do primeiro, suspender nossos trabalhos para os outros sete projetos...

O SR. REIS – Sr. Presidente, requeiro de V.Exa. que o item, para que eu pudesse falar um pouquinho sobre, passasse a ser o item dois da pauta.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Ok. Vou pedir para o Dante nos acompanhar. Não temos mais inscritos para tratar do projeto de lei 529 /14. PL que apresentado pela CPI, que já tem um substitutivo anunciado pela assessoria do nobre Vereador Mário Covas, submetido ao presidente, mas infelizmente, eu como membro da CPI e como presidente da Comissão de Finanças, não vi esse substitutivo ainda. Acho que ele deve ser submetido aos vereadores. Acredito que esta audiência pública não esgota o debate em cima desse projeto, portanto, reconheço uma dificuldade a ser enfrentada no dia de hoje que tem esse projeto pautado. Os parlamentares terão de ter muita capacidade de dialogo com e muita tolerância nesse debate para chegar a um ponto de convergência. Como o plenário é soberano e as duas audiências públicas foram realizadas, é possível a deliberação. Portanto construímos a possibilidade de votação com essa segunda audiência pública. Se os vereadores terão a capacidade de construir um texto que comporte a maioria, portanto, que ganhe equilíbrio para anunciar uma necessidade de punição ao “usuário gastão”, que anuncie quem será o responsável não apenas pela fiscalização, mas pela aplicação da multa. Mais que isso, enfrentar como o Município, detentor do contrato, multará o seu fornecedor, caso ele não forneça. Na realidade, a gente tem aqui dispositivos também para anunciar multa à Sabesp quando ela, sem prévia informação ao usuário, não forneça por um, dois, três, quatro dias e isso pode virar esse banco de água, anunciado pelo Vereador Paulo Reis, que ao não fornecer água, dá ao usuário a oportunidade de não pagar quando fornecido porque foi obstada a ele a possibilidade de uso da água. Então, acredito que temos convergências nas ações. Todos aqui reconhecemos parte dos erros e atrasos.

Vou finalizar dizendo que no dia 28 de junho de 2015 comemoramos dez anos da lei municipal que criou o Programa Municipal de Conservação e Uso Racional da Água em Edificações. Falo dessa comemoração porque o projeto dava prazo de dez anos para que todas as construções se adaptassem às regras da tubulação cinza. Portanto, adaptar a Cidade em dez anos, não seriam dez anos para frente, mas para trás. Como isso foi em 2005, então a partir deste ano já teríamos condições naturais de aproveitamento da água de reuso a partir da tubulação cinza. Infelizmente, não temos absolutamente nada a comemorar, porque nenhuma ação foi desenvolvida para dar concretude a essa lei, sancionada pelo então Prefeito Serra, em 28 de junho - hoje Senador -, juntamente com o Sr. Aloísio Nunes, também Senador.

Muitas vezes as pessoas nos perguntam cadê as leis para proteger a população? Esse é um bom exemplo. Estamos completando dez anos de uma lei muito positiva que ao não ser aplicada, não deu à Cidade um pouco da proteção dos ciclos da água, portanto como única água e a água de reuso poderia ter um novo uso e poderia estar nos ajudando.

Encerramos, neste momento, a audiência pública ao PL 529/2014, que dispõe de multa pecuniária para o desperdício de água na cidade de São Paulo, e dá outras providências.

Submeto a audiência pública ao PL 277/2014, de autoria do Vereador Paulo Reis, do PT, que autoriza o Executivo a criar o programa de Banco de Águas de São Paulo, e dá outras providências.

Solicito para compor a Mesa o nosso colega, Vereador Ricardo Young, que já nos acompanha há algum tempo.

Abro a audiência pública, permitindo ao autor do projeto realizar a sua defesa oral.

Tem a palavra o Vereador Paulo Reis.

O SR. REIS – Muito obrigado, Vereador Police Neto.

Sr. Presidente, esse projeto busca coibir o desperdício de água na cidade de São Paulo, mais precisamente a praticada por edificações que fizeram suas estruturas afetando o lençol freático.

Quando andamos em bairros como o Brooklin e Santo Amaro, na região da Paulista e nos Jardins vemos o tanto de água que corre entre a sarjeta e a guia. Essa água vai toda para o sistema de águas fluviais. É um desperdício total.

A ideia é formar um banco de águas que pode ser gerenciado pela própria Prefeitura ou ela pode estabelecer concessão a empresas que vão captar e armazenar essa água, que hoje é desperdiçada. Por meio desse banco de águas, ela poderá ser usada para reuso, para que as empresas prestadoras de serviço lavem a Cidade. Há muita água desperdiçada, que vem de minas. Existem regiões com minas, onde essa água mina diuturnamente e está indo embora. Precisamos captar água.

Além dessa água do lençol freático, há outras águas também. A própria água de chuva hoje nem sempre chega ao seu destino, que é ser tratada e voltar à torneira das casas.

Esse projeto é a nossa contribuição para ajudar em momentos de crise. É importante existir uma reserva técnica de água à disposição da população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

- Assume a presidência o Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, Vereador Reis. Consulto se o Sr. Dante gostaria de fazer alguma observação à sugestão apresentada pelo Vereador em forma do projeto de lei.

O SR. DANTE RAGAZZI PAULI – Achei uma ótima ideia. De fato, existe até um aspecto psicológico de ver aquela água que mina, como o Vereador falou, com muita propriedade, do lençol freático da nossa Cidade. É uma boa ideia que deve ser mais estudada tecnicamente. Uma boa ideia, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Ok. Não há oradores inscritos. Declaro encerrada a discussão sobre o PL 277/2014, de autoria do Vereador Reis, que autoriza o Executivo a criar o programa Banco de Águas de São Paulo, e dá outras providências.

Encerrada a discussão do PL 277/2014. Obrigado, Vereador Reis.

Passemos ao PL 323/2010, do Vereador Dalton Silvano, que cria o programa de reuso de água em postos de gasolina e lava rápidos no Município de São Paulo, e dá outras providências.

Consulto se há algum representante do Vereador para exposição do projeto. Não há oradores inscritos. Declaro encerrada a quarta audiência pública desse projeto.

Declaro encerrada a discussão do PL 323/2010.

Passemos ao PL 185/2011, de autoria do Vereador Eliseu Gabriel, que estabelece a proibição do descarte de óleos e gorduras animais ou vegetais na rede coletora de esgoto e águas pluviais no Município de São Paulo, e dá outras providências.

Consulto se há representante do Vereador para exposição. Está o Vereador Ricardo Young aqui. Consulto se há inscritos para debater esse projeto. O Sr. Laerte Brasil. Por três minutos, Sr. Laerte Brasil. O senhor leu o projeto? Está certo.

O senhor não declinou qual é a entidade que está representando hoje.

O SR. LAERTE BRASIL – É a Unicosmos Trabalhos e Cidades, a Central.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - E o documento de registro?

O SR. LAERTE BRASIL – Já encaminhamos para registro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Três minutos.

O SR. LAERTE BRASIL – Nós analisamos esse projeto como de grande relevância. Há 15 anos, o Rio de Janeiro foi o primeiro Estado do país a começar reciclar o óleo combustível, o vegetal.

O Minc, que foi Ministro do Meio Ambiente, era Secretário Estadual do Meio Ambiente, numa conferência apresentei uma tese, pois tínhamos feito um estudo do País. O comércio, depois do uso em fritura, jogava aquele balde de óleo na boca de lobo. As donas de casa jogavam o óleo da frigideira dentro da pia. Aquele óleo seguia para o lençol freático, contaminando todo o sistema de água subterrânea, inclusive a atmosférica.

Apresentei um projeto, a nossa tese naquela conferência, para começar a reciclar o

óleo vegetal. O projeto foi aprovado no Rio de Janeiro, que foi o primeiro Estado a reciclar. De lá, apresentei na Assembleia, São Paulo começou a reciclar o óleo e já está sendo reciclado em toda a América Latina, até no exterior, na Europa e nas demais Américas.

Começamos outro estudo aqui também, pegamos uma amostra de bijuterias de valor de um a 20 reais, e levamos para um laboratório no exterior. As bijuterias vendidas aqui em São Paulo têm um teor de até 75% de chumbo e metal pesado. Acontece que o usuário coloca aquela bijuteria, começa a suar, o metal e o chumbo derretem, infiltram na pele da pessoa, causando câncer e outras doenças crônicas.

O permitido, em cada bijuteria dessas, seria de até 3 a 5% de chumbo. Depois de 10 anos que apresentamos a pesquisa, o Inmetro concluiu o estudo. Essas bijuterias também são jogadas a céu aberto e estão contaminando o lençol freático.

O projeto é de grande relevância para a cidade de São Paulo.

Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Consulto se há outros inscritos. Declaro encerrada a audiência pública do Projeto 185, do Vereador Eliseu Gabriel, que estabelece o descarte de e gorduras animais ou vegetais, na rede coletora de esgotos e águas pluviais no Município de São Paulo e dá outras providências.

Abro imediatamente a audiência pública do Projeto 737/2013, dos Vereadores Goulart, Police Neto, Mario Covas, Natalini e Toninho Vespoli, que dispõe sobre o uso de água potável na limpeza de calçadas, no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

Consulto se há alguém da assessoria dos Vereadores para a apresentação do projeto. Consulto se há inscritos sobre esse projeto.

Declaro encerrada a audiência do Projeto 737/2013, de vários autores.

Aberta a audiência do Projeto 44/2014, do Vereador Laercio Benko, que dispõe sobre o reaproveitamento de água pluvial nas escolas públicas municipais e dá outras

providências.

Consulto se há algum representante do Vereador Laércio Benko para apresentação. Não havendo, consulto se há inscritos para debater esse projeto.

Não havendo, declaro encerrada a audiência do Projeto 44/2014, do Vereador Laércio Benko.

Aberta a audiência pública do PL 267/2014, do Vereador Conte Lopes, altera o Código de Obras, Lei 11.228, de 25 de julho de 1999, acrescentando o item 4.3 ao seu anexo I, para dispor sobre a utilização de instalações sanitárias mais econômicas em relação ao consumo de água e dá outras providências.

Consulto se há representante do Vereador. Não havendo, consulto se há inscritos para debater o projeto. Por favor, Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Nós tivemos uma ação marcadamente de 85 audiências públicas do Plano Diretor; também 35, do Plano de Metas, do Governo Haddad, e a nossa tese foi baseada nas cotas ambientais, de solidariedade para a habitação de interesse social e de construção de creches e escolas, em áreas públicas e privadas.

Também defendemos, no Plano Diretor, a isenção de imposto de empreendimento sustentável, que empreendimentos verdes sejam construídos na cidade de São Paulo com tecnologia para a captação do reuso da água de chuva.

Hoje, os estádios que são construídos na cidade de São Paulo não tem tecnologia para o reuso da água de chuva. O Morumbi gasta água potável para uso desnecessário, se tivesse tecnologia para o reuso da água de chuva.

Creio que o PL apresentado pelo Vereador Laércio Benko deveria ter uma alteração não só para as escolas, mas para as indústrias, para os estádios e demais empreendimentos em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Sr. Laerte, o senhor está discutindo projeto do Vereador Conte Lopes que propõe alteração no Código de Obras.

O SR. LAERTE BRASIL – É um projeto de grande relevância para São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Não havendo mais inscritos, declaro encerrada a audiência pública do PL 267/2014, do Vereador Conte Lopes, com as observações do Sr. Laerte Brasil para o projeto do Vereador Laércio Benko.

Encerrada a discussão, passemos à audiência pública do PL 438/2014, de autoria dos Vereadores Ricardo Young e Jair Tatto, que disciplina os procedimentos relativos ao armazenamento de águas pluviais e reuso da água da rede pública, para reaproveitamento e retardo na descarga na rede pública.

Passo a palavra ao Vereador Ricardo Young.

O SR. RICARDO YOUNG – Sr. Presidente, obrigado, cumprimento o representante da Sabesp, todos esses projetos, este inclusive, visam a produção de água na cidade de São Paulo. Vivemos uma situação em que o conceito de captação de água se dá através dos reservatórios. Como estamos vendo, em função da crise ambiental e da diminuição do fluxo dos mananciais, essa estratégia de abastecer a cidade de São Paulo através dos reservatórios, esperando que chuva e mananciais supram as necessidades da Cidade, entrou em colapso e nós precisamos produzir água.

Todos esses projetos que estão sendo apresentados estão dentro desse espírito. Temos lençóis freáticos que são rebaixados, essa água é desperdiçada, objeto do PL do Vereador Reis; temos uma extensão enorme de telhados e lajes na Cidade, essa água é desperdiçada, ela vai para os rios, para os reservatórios e depois são tratados, quando poderia ter uma etapa de ciclo pequeno de reuso. Toda unidade pode ser produtora de água em algum grau, água de reuso, e assim por diante.

O que me parece, Sr. Presidente, é que essas legislações vêm atualizar, não são legislações pontuais para resolver esse ou aquele problema, são legislações que procuram rediscutir a visão que nós temos de abastecimento e produção de água.

Eu gostaria muito que o representante da Sabesp, o Sr. Dante, levasse essa

discussão para a Sabesp, que é uma empresa que trabalha fundamentalmente com o conceito de consumo de água, não tanto de produção. Sua performance é dada em cima do consumo de água e não na produção de água. Hoje, nós temos uma miríade de opções de produção de água.

Ontem mesmo, no Plenário, fiz uma fala onde apresentei todas as propostas da Aliança pelas Águas, aqui de São Paulo. Temos uma miríade de alternativas que, no seu somatório, reduziria muito a nossa vulnerabilidade e a nossa exposição à crise hídrica que estamos vivendo.

Esse PL vem exatamente nesse sentido, otimizar todas as construções para que possamos ter água de reuso em praticamente todas as construções, principalmente aquelas condominiais, que não se use mais água potável para usos menos nobres.

É esse o espírito do PL do Vereador Jair Tatto e de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Passo ao Sr. Dante para considerações e abro em seguida para as inscrições.

O SR. DANTE RAGAZZI PAULI - Vereador Young, assim que chamados à discussão, como já estamos aqui – o senhor tem razão, é uma série de projetos muito interessantes, que nos obriga a ter uma visão sistêmica da questão água -, viremos debater a sua proposta e debateremos, como temos debatido internamente.

Fica o convite para o senhor ir lá expor, assim que possível, fazermos uma reunião sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Consulto se há inscritos. Consulto o Vereador Ricardo Young se gostaria de fazer alguma outra manifestação, além de aceitar o convite.

O SR. RICARDO YOUNG – Não, muito obrigado. Convite aceito, vamos agendar logo depois da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Declaro encerrada a audiência pública do PL

438/2014, dos Vereadores Ricardo Young e Jair Tatto.

Esse era o último projeto da pauta, o Presidente continua ali, consulto o Sr. Dante se gostaria de fazer alguma consideração final.

Gostaria de agradecer a presença do Sr. Dante Ragazzi Pauli, representando o Presidente da Sabesp Sr. Jerson Khelman.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a audiência pública.

Muito obrigado pela presença dos senhores.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **15335** DATA: **04/03/2015** FL: **27** DE 27

FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF